

Sumário

Agradecimentos.....	9
Prefácio por Prof. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO (2026)	13
Prefácio original por Prof. PAULA FORGIONI (2018)	19
Apresentação por Prof. JULIANA BONACORSI PALMA (2026).....	21
Apresentação original por Prof. ANA FRAZÃO (2018).....	25
Lista de abreviaturas e siglas.....	29
Índice de figuras.....	39
Índice de tabelas	45
Introdução	51

PARTE I

Teoria Geral dos Acordos Sancionadores: natureza jurídica, tipologia, requisitos e categorias gerais

1. Natureza jurídica dos Acordos Sancionadores.....	55
2. Tipologia dos Acordos Sancionadores em Espécie	61
3. Obrigações a serem assumidas pelas pessoas jurídicas e físicas – Requisitos dos Acordos Sancionadores	64
3.1. OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER como requisitos dos Acordos Sancionadores	65
3.2. OBRIGAÇÕES DE FAZER como requisitos dos Acordos Sancionadores	68
3.3. OBRIGAÇÕES DE PAGAR como requisitos dos Acordos Sancionadores	108
3.4. Visão geral dos Requisitos dos Acordos Sancionadores	126

4. Categorias Gerais de Acordos Sancionadores: conformidade e cooperação ou de mera conformidade	128
4.1. Acordos Sancionadores de conformidade e cooperação	129
4.2. Acordos Sancionadores de mera conformidade	132
4.3. Visão geral das categorias gerais de Acordos Sancionadores a partir das obrigações tipicamente exigidas	135
5. Outros instrumentos celebrados com o Poder Público que não são classificados como Acordos Sancionadores	136
5.1. <i>Whistleblowing</i>	137
5.2. Acordos em sede da Secex/Consenso do TCU	140
6. Pilares para a estruturação de Acordos Sancionadores no Brasil	141
6.1. Alto risco de detecção da prática (credibilidade investigativa).....	143
6.2. Receio de severas punições (credibilidade sancionatória).....	145
6.3. Transparência/Clareza da negociação	146
6.4. Previsibilidade dos benefícios concedidos/Garantia da regra de ouro dos acordos	147
6.5. Segurança jurídica quanto à cooperação institucional	149
7. Justificativas para a instituição de programas de Acordos Sancionadores no Brasil	160
7.1. Justificativas gerais para os Acordos Sancionadores no Brasil	162
7.2. Justificativas específicas para os Acordos Sancionadores no Brasil da categoria acordos de conformidade e cooperação	168
8. Revisão dos Acordos Sancionadores: anulação, rescisão e repactuação	172
8.1. Anulação dos Acordos Sancionadores	173
8.2. Rescisão dos Acordos Sancionadores.....	175
8.3. Repactuação dos Acordos Sancionadores	179
8.4. Judicialização dos Acordos de Leniência no Brasil	181
9. Breves notas sobre recuperação judicial e falência e créditos oriundos de Acordos Sancionadores no Brasil.....	185

PARTE II

Acordos Antitruste com o CADE

1. Acordo de Leniência Antitruste do CADE.....	195
1.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Acordo de Leniência Antitruste do CADE	195
1.2. Requisitos legais específicos do Acordo de Leniência Antitruste do CADE	214

SUMÁRIO

1.3. Benefícios legais específicos do Acordo de Leniência Antitruste do CADE	248
1.4. Fases da negociação do Acordo de Leniência Antitruste do CADE.....	269
2. Termo de Compromisso de Cessação Antitruste do CADE.....	294
2.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Termo de Compromisso de Cessação Antitruste do CADE.....	294
2.2. Requisitos legais específicos do Termo de Compromisso de Cessação Antitruste do CADE	301
2.3. Benefícios legais específicos do Termo de Compromisso de Cessação Antitruste do CADE	329
2.4. Fases da negociação do Termo de Compromisso de Cessação Antitruste do CADE	335

PARTE III

Acordos Anticorrupção com CGU, AGU e MP

1. Acordo de Leniência Anticorrupção da CGU/AGU	343
1.1. Panorama geral da evolução histórica normativa da Lei Anticorrupção e do Acordo de Leniência Anticorrupção da CGU/AGU	343
1.2. Requisitos legais específicos do Acordo de Leniência Anticorrupção da CGU/AGU	387
1.3. Benefícios legais específicos do Acordo de Leniência Anticorrupção da CGU/AGU	423
1.4. Fases da negociação do Acordo de Leniência Anticorrupção da CGU/AGU.....	430
2. Acordo de Leniência do Ministério Público	435
2.1. Panorama geral da evolução histórica do Acordo de Leniência do MP.	436
2.2. Requisitos legais específicos do Acordo de Leniência do MP	445
2.3. Benefícios legais específicos do Acordo de Leniência do MP	461
2.4. Fases da negociação do Acordo de Leniência do MP	464
3. Termo de Compromisso / Julgamento Antecipado Anticorrupção da CGU...	468
3.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Termo de Compromisso / Julgamento Antecipado da CGU	469
3.2. Requisitos legais específicos do Termo de Compromisso / Julgamento Antecipado da CGU	471
3.3. Comparativo dos requisitos entre o Acordo de Leniência CGU/AGU e o Termo de Compromisso da CGU.....	499
3.4. Benefícios legais específicos do Termo de Compromisso / Julgamento Antecipado da CGU	486

3.5. Fases da negociação do Termo de Compromisso / Julgamento Antecipado da CGU	489
---	-----

PARTE IV

Acordos no Mercado de Capitais com a CVM

1. Acordo em Processo de Supervisão da CVM	493
1.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Acordo em Processo de Supervisão da CVM.....	493
1.2. Requisitos legais específicos do Acordo em Processo de Supervisão da CVM	497
1.3. Benefícios legais específicos do Acordo em Processo de Supervisão da CVM	510
1.4. Fases da negociação do Acordo em Processo de Supervisão da CVM..	516
2. Termo de Compromisso da CVM	522
2.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Termo de Compromisso da CVM.....	523
2.2. Requisitos legais específicos do Termo de Compromisso da CVM.....	526
2.3. Comparativo dos requisitos entre o Acordo em Processo de Supervisão e o Termo de Compromisso da CVM.....	532
2.4. Benefícios legais específicos do Termo de Compromisso da CVM.....	537
2.5. Fases da negociação do Termo de Compromisso da CVM	540

PARTE V

Acordos no Mercado Bancário com o BACEN

1. Acordo em Processo de Supervisão do BACEN	545
1.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Acordo em Processo de Supervisão do BACEN	545
1.2. Requisitos legais específicos do Acordo em Processo de Supervisão do BACEN	548
1.3. Benefícios legais específicos do Acordo em Processo de Supervisão do BACEN	563
1.4. Fases da negociação do Acordo em Processo de Supervisão do BACEN	569
2. Termo de Compromisso do BACEN.....	575
2.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Termo de Compromisso do BACEN	575
2.2. Requisitos legais específicos do Termo de Compromisso do BACEN ..	578
2.3. Benefícios legais específicos do Termo de Compromisso do BACEN ..	591
2.4. Fases da negociação do Termo de Compromisso do BACEN	593

SUMÁRIO

PARTE VI Acordos Penais

1. Acordo de Colaboração Premiada	597
1.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Acordo de Colaboração Premiada	597
1.2. Requisitos legais específicos do Acordo de Colaboração Premiada.....	608
1.3. Benefícios legais específicos do Acordo de Colaboração Premiada.....	625
1.4. Fases da negociação do Acordo de Colaboração Premiada	628
2. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).....	638
2.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do ANPP	638
2.2. Requisitos legais específicos do ANPP.....	645
2.3. Benefícios legais específicos do ANPP	662
2.4. Fases da negociação do ANPP	663

PARTE VII Acordo Cível e demais Acordos Administrativos

1. Acordo de Não Persecução Cível (ANPC).....	669
1.1. Acordo de Não Persecução Cível	669
1.2. Requisitos legais específicos do ANPC	684
1.3. Benefícios legais específicos do ANPC	697
1.4. Fases da negociação do ANPC	700
2. Termo de Compromisso em Geral / Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) / Acordos Inominados em Geral.....	707
2.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Termo de Compromisso em Geral / Termo de Ajustamento de Conduta / Acordos Inominados em Geral.....	708
2.2. Requisitos legais específicos do Termo de Compromisso em Geral / Termo de Ajustamento de Conduta / Acordos Inominados em Geral	714
2.3. Benefícios legais específicos do Termo de Compromisso em Geral / Termo de Ajustamento de Conduta / Acordos Inominados em Geral	719
2.4. Fases da negociação do Termo de Compromisso em Geral / Termo de Ajustamento de Conduta / Acordos Inominados em Geral	722
3. Termo de Compromisso em Aposta de Quota Fixa (Bets).....	724
3.1. Panorama geral da evolução histórica normativa do Termo de Compromisso em Aposta de Quota Fixa (Bets) da SPA	724
3.2. Requisitos legais específicos do Termo de Compromisso em Aposta de Quota Fixa (Bets) da SPA	730

3.3. Benefícios legais específicos do Termo de Compromisso em Aposta de Quota Fixa (Bets) da SPA	736
3.4. Fases da negociação do Termo de Compromisso em Aposta de Quota Fixa (Bets) da SPA	738
Referências bibliográficas.....	743